



PEDIDO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE INVESTIMENTO

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
Nome _____
NIF _____ BI/CC nº _____ emitido em/válido até ____ / ____ / ____
com sede/morada em _____,
freguesia de _____, código postal ____ - ____ - _____,
telefone _____, telemóvel _____, correio eletrónico _____.

PRETENSÃO
Como titular do processo n.º _____, na qualidade de ^(a) _____, vem solicitar a V. Ex. ^a a celebração de contrato de investimento, nos termos do Regime de Incentivos do ano de _____.
Posto de trabalho: _____
Investimento total (euros): _____
Descrição da atividade: _____
Conforme justificação/elementos que se apresentam em anexo.

Autoriza a recolha, processamento e utilização de dados pessoais para efeitos do reconhecimento do direito à isenção.
A Câmara Municipal de Viana do Castelo comunica os dados às autoridades, sempre que tenha, por lei, esse dever.

DATA E ASSINATURA
Pede deferimento _____ O Requerente,
Aos ____ / ____ / _____, _____

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra;



ELEMENTOS A ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento

- Códigos CAE/caracterização sumária da atividade já exercida ou a exercer;
- Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a prestar/efetuar;
- Descrição de carácter social da intenção;
- Número de postos de trabalho já criados, e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto ou novos postos de trabalho a criar;
- Investimento associado;
- Calendarização para a concretização do investimento;
- Caracterização da procura do mercado em que se insere;
- Processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico ou tecnológico;
- Outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido;
- Consentimento para acesso aos respetivos dados ou cópia de certidão comprovativa da situação tributária e contributiva regularizada;
- Outros documentos demonstrativos dos pressupostos de atribuição do benefício fiscal

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento. Integram crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.